Vila da Telha (Iguatu) – 1860
Eleições para Vereadores e Juízes de Paz

José Hilton Lima Verde Montenegro*

Em 7 de setembro de 1860, foram realizadas, nas vilas e nas cidades da Província do Ceará, eleições municipais para a escolha dos Vereadores e dos Juízes de Paz, obedecendo, assim, ao calendário da legislação, regido pela Lei de 19 de agosto de 1846[1]. O pleito eleitoral da Vila da Telha, hoje cidade de Iguatu, fugiu completamente aos preceitos democráticos e à postura civilizada, sendo este, no decorrer da nossa história, o mais violento e o que mais gerou vítimas fatais no Estado. Alguns respeitáveis historiadores fizeram referências a esse episódio trágico, mas, para nossa surpresa, depois de acurada pesquisa, encontramos, nas citações a esse caso, divergências substanciais. Em virtude desse descompasso é que resolvemos apresentar ao povo cearense uma nova visão do infausto eleitoral da Vila da Telha. Baseamo-nos em documentos, em depoimentos e em jornais editados nos dias e meses subsequentes aos acontecimentos.

Nessa época, existiam duas parcialidades políticas na Telha: os liberais ou "chimangos" que tinham como líder maior, na província, o Padre Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, e os conservadores ou "saquaremas" chefiados pelo Visconde do Icó, Francisco Fernandes Vieira. No âmbito municipal, até então, dois clãs se confrontavam na disputa pelo poder: o do Gadelha e o da Barra. O primeiro, clã Gadelha, formado por liberais, tinha na sua linha de frente o Tenente João Cardoso Moreno, Manuel Cardoso Moreno, Francisco Xavier Carneiro da Cunha, João Carneiro da

* Pesquisador e memorialista

1 A Lei de 19 de agosto de 1846 teve sutil atualização, manteve toda a estrutura da Lei de 1º de outubro de 1828, que estabelecia que as câmaras das vilas seriam compostas de sete representantes, e as câmaras das cidades, de nove membros; as eleições para a escolha dos Vereadores e Juízes de Paz seriam realizadas de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro.

Cunha, João Lourenço Colares, Manoel Pacífico Vieira e outros. Estas famílias, entrelaçadas através de casamentos, ocupavam uma porção de terras na ribeira do Jaguaribe, o sítio Gadelha, distante 8 km, ao sul da sede da vila. Como se sabe, a combinação água e terras aráveis, desde o início das civilizações, tem sido um fator determinante para o progresso de povos dedicados à atividade primária da economia. A propósito, exatamente, por constituir-se de espaço com potencial agrícola, essa região foi contemplada, na década de 1950, com um projeto de irrigação, do Ministério da Agricultura, que beneficiou os moradores do Gadelha, das Itans e das Cajazeiras. As famílias Guedes Alcoforado e Carneiro da Cunha chegaram a essa região por volta das últimas décadas do século XVIII[2]. Retornando para o desenrolar partidário da Telha, sabemos que, também, se somavam aos liberais o distinto cidadão Domingos José Teixeira[3] (família Soledade)[4], Victor de Barros Lima, Joaquim José de Melo Guabiraba, Antônio Ferreira Lima, o polêmico Padre Francisco Coriolano de Carvalho e muitos outros. Esse grupo, até então, não tinha um líder para coordenar e organizar todas as forças do partido, agiam desordenadamente. O segundo, clã Barra, por sua vez, das hostes conservadoras, contava na vila com o prestígio dos irmãos Antônio Gomes Barreto e Candido Antônio Barreto, Manoel Felipe Cavalcante, Leonel Alves de Carvalho, Bento Vilar de Carvalho, os irmãos Alexandre José Cavalcante e Cândido José Cavalcante, Esperidião de Mattos Mariscal, etc. Estes já estavam arraigados no poder, desde a época em que a Telha era povoado e ocupavam os principais cargos na vila: Vereador, Juiz de Paz, Delegado, Promotor etc. e, também, obtinham nomeações para os postos de destaque da Guarda Nacional. A força dos conservadores era incontestável ao ponto de eleger dois membros do seu clã para o cargo de deputado provincial: Cândido Antônio Barreto (1858/1859) e Antônio

---

2 In "Uma Fresta no Tempo"- Dr. João Maia Nogueira

3 Domingos José Teixeira era casado com Teresa Maria da Purificação, pais do Padre Raimundo Félix Teixeira, ordenado em 18 de janeiro de 1862, e de Cândido Félix Teixeira, este, em 1860, era acadêmico de Direito, em Recife-PE, mas não concluiu o curso.

4 Era comum, nos tempos idos, a caracterização de grupos familiares com a denominação da localidade onde habitavam. Soledade era uma fazenda em São Matheus (Jucás) que agregava várias famílias unidas por laços consanguíneos, que tinha como líder Domingos José Teixeira.

Gomes Barreto (1860/1861). O Partido Conservador da Telha era coeso, unido e os seus integrantes possuíam preparo intelectual.

Os liberais da Telha viviam sufocados e com poucas chances de emergirem politicamente. O clima de rivalidade era acirrado (família Barra x família Gadelha) e ficou ainda mais pejado quando o Padre Francisco Coriolano de Carvalho adquiriu casa de morada[5] na Vila da Telha e, também, passou ele a tomar a dianteira do partido liberal, no princípio da década de 1860. O partido liberal se fortaleceu com a liderança, a organização e a perspicácia do referido sacerdote. Os conservadores eram cidadãos cordatos que se mantinham no poder através da pujança econômico e da robusta união das famílias Gomes Barreto, Cavalcante, Matos e Carvalho, todas ligadas através de casamentos endógamos, que tinham a Fazenda Barra como o centro das tomadas de decisões.

A Barra, localizada ao norte da sede do município, cerca de 6 Km, foi habitada pelos Gomes Barreto nos idos de 1746, quando o capitão-mor Manoel Gomes Barreto requisitou **sesmaria** na Ribeira do Trussu. Desde então, parte dos seus descendentes, miscigenados com os Cavalcante, com os Matos Mariscal e com os Carvalho ainda habitam esse torrão úbere, na confluência dos rios Trussu e Jaguaribe, que, a exemplo das terras do Gadelha, são igualmente agricultáveis por possuírem água suficiente para a lavoura e para o manejo do gado bovino, caprino e ovino. Isso explica a importância política de seus habitantes, pois eram favorecidos pela prosperidade econômica decorrente do espaço geográfico auspicioso.

Na Província do Ceará, permanentemente, liberais e conservadores estavam envolvidos em contendas, intrigas, mágoas etc., sentimentos muitas vezes externados ao público através dos jornais, em que as parcialidades se utilizavam para denunciar, atacar, caluniar, acachapar e desferir, até mesmo, ofensas particulares e pessoais. Cada partido tinha o seu jornal: os liberais utilizavam-se do jornal **O CEARENSE**, de propriedade do Padre Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, e os conservadores se favoreciam do jornal **PEDRO II**, do Visconde do Icó, Francisco Fernandes Vieira.

[5] O Padre Francisco Coriolano de Carvalho tinha como principal residência a sua fazenda, no sítio Tatajuba, pertencente ao município do Icó. Na época das eleições, o Padre mantinha uma casa de apoio na cidade do Icó, onde atuava como político e vigário. Em 1862, adquiriu residência de apoio, na Vila da Telha, onde passou a ser Padre Coadjutor e líder do Partido Liberal.

Propositalmente, esses jornais eram de propriedades dos líderes-mor. Outros periódicos do Ceará seguiam a mesma linha política dos já citados: ou estavam a serviço dos conservadores ou estavam a serviço dos liberais. Não seria surpresa, em qualquer que fosse o município ou vila do Ceará, a transformação da rivalidade, entre "chimangos" e "saquaremas", em luta armada.

7 de setembro de 1860, uma sexta-feira, era primeiro dia das eleições para vereadores e juízes de paz da Província do Ceará. Na Vila da Telha, tudo transcorreu normalmente. No interior da Igreja Matriz, local escolhido para abrigar a urna de votação, a mesa paroquial foi composta, dentro das previsões da lei, com representantes de ambos partidos e na presença do Padre, do Juiz de Paz, do Delegado, do Subdelegado e de populares. Aos integrantes da mesa cabiam algumas responsabilidades: 1º) reconhecer a identidade dos votantes; 2º) receber as cédulas, numeradas e apurá-las; 3º) requisitar à autoridade competente as medidas necessárias para manter a ordem na assembleia eleitoral e fazer observar a lei[6]. Sabe-se que diversos quarteirões votaram e, também, outros foram rejeitados por apresentarem irregularidades, mas os trabalhos foram conduzidos com firmeza pela mesa, mesmo diante de discursões, protestos e até ameaças. As atividades do dia 7 foram encerradas, às 17h e 30min, dentro das previsões e pairando em clima, razoavelmente, de paz, apesar da rixa existente entre os partidos. No mesmo raciocínio, o advogado do partido "chimango" (liberal), Eduardo de Lacerda Cavalcanti, também, deixou registrado no jornal **PEDRO II**, de 24 de setembro de 1860, inclusive com firma reconhecida, o primeiro dia das eleições da Telha: "Convidado na véspera do dia 7 de setembro para pleitear aqui as eleições, por parte daquela parcialidade, tratei de assistir a mesa paroquial que, com a maior ordem e regularidade, iniciou os seus trabalhos." O Padre Francisco Coriolano de Carvalho, liberal, igualmente ao advogado Eduardo de Lacerda Cavalcanti, em nota longa, de 14 de setembro de 1860, publicada nos jornais **O CEARENSE** e no **CORREIO DA TARDE**, este do Rio de Janeiro, descreve assim o primeiro dia das eleições: "*No dia aprazado para a criação da mesa e princípio de recebimento das cédulas, nada houve, apesar de muitos*

[6] "A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro", 2ª edição, 2005. Manoel Rodrigues Ferreira. Brasília-DF.

debates de parte a parte, e das recusas de quarteirões[7] *inteiros dos nossos, que não se admitia a nota pela certidão vinda da secretaria*[8]". O delegado da Telha, em função da razoável tranquilidade do pleito, resolveu, no final do primeiro dia da eleição, abolir a revista dos votantes, que tinha a função de inibir eleitor portador de arma de fogo ou de arma branca no recinto da votação. Esta informação foi prestada pelo Chefe de Polícia, da Província do Ceará, Antônio de Brito Gayoso[9].

8 de setembro de 1860, um sábado, foi o segundo dia das eleições municipais na Vila da Telha. A comissão organizadora das atividades eleitorais da Telha, nesse dia, pela manhã, deu início a votação, mantendo cautela e serenidade, diante de muitos esclarecimentos prestados ao grupo liberal que, por fim da força, queria emplacar quarteirões desqualificados para votarem. No período da tarde, quando a mesa já tinha recebido mais de 350 cédulas eleitorais, foi liberado para adentrar ao recinto de votação um quarteirão inteiro. Nesse momento, o delegado, Alexandre José Cavalcante, foi informado de que um eleitor, Joaquim José de Oliveira Tajujá, estava armado com uma pistola. No mesmo instante, o delegado passou a orientação para os guardas de plantão fazerem uma revista no grupo de votantes. Antes da abordagem policial, Tajujá, o suposto cidadão armado de pistola, evadiu-se, mas a operação de segurança encontrou o eleitor Ricardo Xavier de Oliveira portando um punhal, resultando na prisão em flagrante do mesmo. Essa detenção causou intenso tumultuo na delegacia, haja vista o preso, além de ser liberal tinha ligação, por laços de família, aos líderes do partido e, também, o delegado era adversário político e desafeto do grupo familiar (família Soledade) do detento. Então, por mais que tivesse agido com prudência e dentro da lei, Alexandre José Cavalcante (delegado) não convenceria os seus antagonistas de que estava simplesmente cumprindo as normas eleitorais. A delegacia da Telha foi

---

7 Quarteirão corresponde, nos dias atuais, aos bairros ou as pequenas localidades. Os moradores dos quarteirões mais distantes tinham prioridade para votarem.

8 Se houve recusa de quarteirão, é porque houve votação. Mais adiante, na mesma nota, o Padre Francisco Coriolano de Carvalho afirma que, no dia seguinte, os trabalhos foram suspensos. Portanto, diante dos depoimentos do Chefe de Polícia, do advogado do Partido Liberal e através do próprio artigo do Padre Coriolano, este um dos chefes do Partido Liberal, no dia 7 de setembro de 1860, teve início as eleições da Vila da Telha as quais transcorreram com certa tranquilidade.

9 Jornal **PEDRO II**, 23 de janeiro de 1861.

tomada por amigos, parentes e correligionários de Ricardo Xavier de Oliveira, todos fazendo pressão, descompondo e querendo a liberação imediata do preso. O delegado manteve-se sereno, mas lhe faltavam meios para conter a ira e o rancor dos desordeiros que, à força, quase arrancaram o preso da cela, antes mesmo da emissão da ordem de soltura, que ocorreu quase de imediato. Os ânimos serenaram na delegacia, mas um grupo armado continuou fazendo anarquia nas ruas da vila. A mesa eleitoral, temendo maiores consequências, em razão das graves ameaças por parte de alguns que se diziam liberais e pela insuficiência de policiais, resolveu suspender as eleições até que chegasse ajuda da força pública. O delegado, prontamente, solicitou, através de ofício, ao Juiz de Direito da comarca, com sede no Icó, urgente reforço policial. Assim a votação foi suspensa no final da tarde do sábado, encerrando-se o segundo dia das eleições.

9 de setembro de 1860, no domingo, terceiro dia das eleições municipais, votação estava suspensa até a chegada de reforço policial do destacamento do Icó. A Igreja Matriz, local de votação, ficou fechada e protegida por força da Guarda Nacional e por simpatizantes do partido "saquarema". Os "chimangos" mais exaltados, principalmente os desafetos do delegado, todos armados, ficaram instalados em frente à casa de um correligionário, situada na Rua do Meio (hoje Rua Senador Pompeu), ao lado da Igreja, insuflando os aliados para provocarem desordem. Mesmo diante de muita tensão, na iminência de conflito armado, os dirigentes do Partido Liberal ("chimangos") mandaram abusada proposta para os conservadores ("saquaremas"): "dividir ao meio os votos entre ambos partidos, para os cargos de Vereador e Juiz de Paz, ou então o confronto direto, corpo a corpo, seria inevitável". A proposta foi rejeitada, peremptoriamente. O dia findou diante de anarquia generalizada, nem mesmo a missa dominguera foi celebrada, pois o vigário, prudentemente, cancelou-a.

10 de setembro de 1860, segunda-feira, dia fatídico. Cedo, no derredor do local de votação, Igreja Matriz de Senhora Santana, eleitores, chefes políticos e simpatizantes dos partidos da comuna se avolumaram, aguardando o início da votação. A mesa paroquial para dar prosseguimento às eleições, que haviam sido suspensas no final da tarde do dia 8 de setembro, aguardava a chegada do destacamento do Icó, assim como fora estabelecido. Oito integrantes da Guarda Nacional, armados, protegiam a

Matriz para que a urna não fosse violada. A estes se somavam voluntário do Partido Conservador. Nessa manhã, em certo momento, circulou a notícia de que a força policial do Icó já estava próxima da Telha. Por consequência, os liberais mais exaltados sentiram motivados para irem de armas na mão para o adro da Igreja, na tentativa de saquear a urna, antes da chegada do destacamento militar do Icó. O espaço sagrado foi transformado em verdadeiro campo de batalha. Aos empurrões, os liberais aproximaram-se da porta adjacente à urna. Ouvem-se sons de pancadas provindos das portas do Templo. Nesse instante, espalha-se a notícia de que um grupo de desordeiros, simpatizantes dos liberais, iria invadir o recinto eleitoral. O delegado, rapidamente, foi tentar persuadir os contendores, a fim de que os mesmos não agissem fora da lei. Mas foi em vão, partiram para ofensas violentas, logo revidadas com a mesma intensidade pela Guarda Nacional de plantão. Domingos José Teixeira (liberal) investe de cacete contra Theodoro Pereira da Silva e contra Antônio Domingos. João Carneiro da Cunha (liberal) foi espancado por um "saquarema" (conservador). O delegado, Alexandre José Cavalcante, de todo modo querendo conter a fúria dos desordeiros e sem dispor mais de argumentos, pôs-se a implorar paz, todavia não conseguiu; foi alvejado por um tiro certeiro disparado por José Alves de Amorim Cansanção[10]. Nesse momento, o Delegado, já ferido, bradou para a corporação que fizesse fogo, porém, novamente foi atingido, desta vez mortalmente, pelo disparo feito por Manoel Carneiro da Cunha (liberal). Em resposta aos tiros contra o delegado, os conservadores fizeram como vítimas fatais a dois liberais, Domingos José Teixeira e o jovem de dezesseis anos, Pedro Guedes Alcoforado. Generalizaram-se as agressões e os tiros diante do maior símbolo religioso da Vila da Telha (a Igreja Matriz), resultando em tragédia inimaginável. Gritos pranteados e desesperados se propagaram no quadro da Matriz, causando alvoroço, terror e correria. Em menos de uma hora, o patamar da Igreja ficou vazio, somente os corpos dos que padeceram e dos feridos gravemente permaneceram no local. Essa tragédia resultou na morte, imediata, de oito pessoas; mais cinco ou seis falecidos, nos dias posteriores, e mais de trinta pessoas feridas de formas leve e grave. A tão aguardada tropa, que havia saído do Icó na tarde do domingo, dia 9,

[10] José Alves de Amorim Cansanção era cunhado de Ricardo Xavier de Oliveira, preso no segundo dia das eleições, portando um punhal na fila de votação.

chegou à Vila da Telha, no dia 10, uma hora após o sanguinolento conflito que vitimou dezenas de cidadãos e deixou aos prantos outros incontáveis conterrâneos. Cena triste, inconcebível e irracional que se perpetrou na Telha e que, infelizmente, ficou registrada na História do Ceará como as eleições mais violentas, mais sanguinárias e as que produziram o maior número de vítimas fatais. Triste! muito triste! abominável.

No adro da Matriz, ficaram estendidos, sem vida: o Capitão Alexandre José Cavalcante, delegado de polícia, conservador; Domingos José Teixeira, um dos líderes dos liberais; José Juvenal da Silva, inspetor de quarteirão; Pedro Guedes Alcoforado, com dezesseis anos de idade; Julião Leocádio de Lima; José Ignácio Teba, integrante da Guarda Nacional; Theodoro Pereira da Silva, da Guarda Nacional e Antônio Domingos, oficial de justiça. Cinco a seis feridos faleceram nos dias subsequentes, totalizando, portanto, treze a quatorze vítimas fatais.

A notícia se espalhou rapidamente, apesar dos arcaicos meios de comunicação e de transporte. Os jornais do Ceará e de outros Estados passaram a publicar informações e depoimentos das cruentas e insanas eleições para vereadores e juízes de paz da Vila da Telha.

O Presidente da Província do Ceará, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, expediu ofício, em 15 de outubro de 1860, ordenando o Chefe de Polícia da Província, Antônio de Brito Souza Gayoso, que se deslocasse para a Vila da Telha a fim de que o mesmo instaurasse o processo contra os que promoveram a barbárie do dia 10 de setembro de 1860, naquela localidade. O inquérito de Dr. Gayoso resultou no pronunciamento de 21 réus (onze liberais e dez conservadores); destes, doze foram presos, e nove foram considerados foragidos. Liberais indiciados: Joaquim José de Oliveira Tajujá, Manoel Carneiro da Cunha, Antônio Rodrigues Lima, Francisco Duarte Teixeira, José Pinto Martins, Thomaz (escravo), José Alves de Amorim Cansanção, Joaquim José de Santana, Liberato Francisco Xavier, José Rodrigues Pereira e Clementino de Oliveira Bastos. Conservadores indiciados: Cypriano Rodrigues da Silva, Pedro do Clemente, Raymundo de Couto, Raymundo das Chagas, Rafael Gomes de Almeida, Manoel Affonso Figueira, José Ignácio de Almeida, David Gomes Cabral, Antônio José de Mello Biguá e Belarmino Lima Leite.

Temos a convicção de que a extremada e descabida luta sangrenta das eleições da Telha teve como motivações primordiais o rancor, o ódio e a rivalidade pessoal que a turma dos radicais desordeiros, das eleições de 1860, nutria pelo delegado Alexandre José Cavalcante[11], em função deste, cumprindo ordens, ter encarcerado alguns do citadino grupo, em 1859. Os mesmos foram acusados pela tentativa de homicídio do Dr. José Thomaz Arnaud que viera até a Telha advogar uma causa comercial e que quase faleceu crivado de chumbos. Somaram-se a estas motivações as acirradas e graves querelas políticas.

Novas eleições foram realizadas, de forma pacífica e ordeira, na Vila da Telha, em 10 de novembro de 1860, tendo sido eleitos os vereadores e juízes de paz, todos do Partido Conservador, inclusive os respectivos suplentes.

***

BIBLIOGRAFIA

BRÍGIDO, João. Ceará Homens e Fatos. Edições Demócrito Rocha, 2001

CARVALHO, Jáder. Antologia de João Brígido. Editora Terra do Sol, 1969

CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província, Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, ao Ministério da Justiça, 01.12.1860

COUTO, Francisco de Assis (Pe). Monografias: Paróquia de Iguatu, Gênese de Iguatu, História do Icó, Diocese de Iguatu e Origens de São Matheus. Iguatu, 1999

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro, 2ª edição. Brasília, 2005

JORNAL Pedro II de: 24.09.1860; 25.09.1860; 16.10.1860; 27.11.1860 e 23.01.1861.

___ O Cearense de: 26.09.1860 e 06.09.1861.

[11] Alexandre José Cavalcante era filho do Juiz de Paz do Povoado da Telha, José Cavalcante de Luna, assassinado em 1834, e Antônia Maria do Espírito Santo filha de Antônio Gomes Barreto e Escolástica Maria de Melo. Alexandre José Cavalcante foi vereador e delegado da Vila da Telha.

___ O Araripe, 29.09.1860

___ Diário de Pernambuco, 10.10.1860

___ Correio da Tarde, 18.10.1860

MONTENEGRO, Abelardo F. Os Partidos Políticos do Ceará. Edições UFC, 1980

NOGUEIRA, Alcântara. Iguatu, memória sócio - histórico - econômica. Editora Instituto do Ceará, 1962

NOGUEIRA, João Maia. Uma Fresta no Tempo. Fortaleza-CE, 2007

OFÍCIOS das Câmaras Municipais para o Presidência da Província do Ceará. APEC.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Ceará, Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, em 9 de abril de 1861, quando passou a administração para o vice-presidente, o Cônego Antônio Pinto de Mendonça

SILVEIRA, Aureliano Diamantino. Ungidos do Senhor, volume III. PREMIUS Editora, Fortaleza-CE, 2004

SOUZA, Francisco Belisário de. O Sistema Eleitoral no Império. Senado Federal, 1979

STUDART, Barão de. Datas e Fatos para a História do Ceará. Tomo II. Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

***